

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.088 - PT (2019/0353835-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM - JUIZO
DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DO CARTAXO
INTERES. : ALEXANDRE MARTINS DE SOUSA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de ALEXANDRE MARTINS DE SOUSA de sentença que o condenou criminalmente, bem como de despacho que converteu a pena de multa em prisão subsidiária.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 16-17. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 18).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, manifestou-se pela não concessão do *exequatur* (fls. 20-23). Requereu os benefícios de justiça gratuita e a própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Alegou ainda que houve ofensa ao art. 260 do CPC e que a carta rogatória não veio pelas vias consulares, não estando supridas a necessidade do carimbo do cônsul brasileiro e a intimação pessoal do interessado.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 25).

É o relatório. Decido.

De início, **defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.**

Cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a tradução por profissional juramentado no Brasil e dos presentes autos constam todas as informações necessárias à compreensão da controvérsia e a providência requerida pela Justiça rogante. Portanto, é desnecessária a juntada de elementos informativos aos autos.

Ademais, apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o

Superior Tribunal de Justiça

cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Portanto, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 90 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente